



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC Bragança Paulista

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPC – DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021

Às dezoito horas e trinta e um minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, deu início, em segunda chamada, a **9ª reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Política Cultural de Bragança Paulista. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: **Poder Público** – Vanessa Nogueira da Silva, Sandro Bonucci, Carla Maria Lopes Cubero, Tiago Cerqueira Vidiri, Luciano Brocheta, Regiane Margarete Gallo de Souza. **Sociedade Civil** – Jeison de Lima Domingues, Débora Gonçalves Leme, Alessandra de Toledo Santos, Ana Luiza de Oliveira, Caiane Duarte Furlan, Silvana Cardoso de Almeida, Daniela Verde, Agnes L. de T. C. Ribeiro. A reunião foi conduzida pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Jeison de Lima Domingues, que iniciou informando as pautas do dia: Informes da Secretaria, aprovação da sétima e oitava atas das reuniões ordinárias do CMPC, reformulação do regimento interno, formação do GT de orçamento, aproveitamento dos espaços públicos, criação do conselho Cidade Educadora, cumprimento da lei de processos administrativos, gestão compartilhada do Centro Cultural Teatro Carlos Gomes, compra do Preventório, mudança da escola Paulo Silva e construção do museu. Jeison passa a palavra a Vanessa Nogueira, Secretária Municipal de Cultura e Turismo para apresentação dos informes da secretaria. Vanessa inicia dizendo que esta é a primeira reunião presencial desde o início da pandemia, Vanessa pergunta sobre a presença de Natália e Agnes, Jeison responde que não se encontram, Vanessa diz que sobre a Semana da Consciência Negra e a Semana LGBTQIA+ foram feitas algumas reuniões, que foi definida a programação, que precisaria definir detalhes com os representantes das cadeiras, mas que estes não se encontram, que as datas destes eventos estão fixadas por lei, sendo vinte de novembro da Consciência Negra e o terceiro domingo do mês de novembro a Parada LGBTQIA+, que gostaria que os eventos do ano fossem definidos no início do ano para que a secretaria tenha tempo de preparar os eventos, que a secretaria está com um grupo pequeno de funcionários, que tudo é feito com o consentimento do conselho, que em alguns casos o tempo para trabalhar os eventos é curto, pede que as cadeiras trabalhem para que seus respectivos eventos sejam programados com tempo hábil para a secretaria possa trabalhar na divulgação, que a programação que precisaria fechar nesta reunião será enviada no grupo, que as agendas do centro cultural e do mês serão enviadas no grupo, que ocorrerão diversos eventos até o mês de janeiro, que tem projetos de chamamento do começo do ano que está vencendo este mês, que ocorrerão cursos, que todas as informações serão enviadas no grupo, que a Secretaria de Educação enviará mais de quinhentos alunos para visitar os museus e o teatro a partir da semana que vem, que ocorrerão apresentações de peças de teatro, que Débora havia feito uma pergunta sobre o decreto, que todo decreto é numerado, Ana Luiza fala que os decretos são: nº 3503-1, da verba do carnaval e festival de verão e nº 3556 de 2021, Vanessa pede para incluir na ata da oitava reunião



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

ordinária, Vanessa diz que na última reunião houveram dois questionamentos, um sobre PI, que já respondeu e que está aguardando a resposta do jurídico, que assim que houver resposta será enviado no grupo ou será chamada uma reunião extraordinária, Ana Luiza pergunta se foi enviado um ofício ao jurídico, Vanessa responde que o conselho lhe enviou um ofício que foi encaminhado ao jurídico, Ana Luiza pergunta se pode ter acesso ao ofício, Jeison responde que pode enviar a ela. Jeison dá seguimento à reunião, apresenta e coloca em votação a aprovação da ata da sétima reunião ordinária do CMPC, fala aos presentes para se manifestarem em caso de pedido de retificação, que todos tiveram acesso a ata, que se for necessário a ata pode ser lida na reunião, Ana Luiza diz que em sua fala está: “Ana Luiza diz que tomou posse nesta reunião e não recebeu a ata da sexta reunião para leitura”, que na verdade falou que faria as considerações da ata na reunião seguinte, que na ata não constou a fala de Anahy sobre a sua fala que não constou na sexta reunião, que o presidente disse que não podia constar porque o regimento vedava, Vanessa diz que não se deveria voltar a este assunto e somente discutir a ata em questão, Ana Luiza pede que seu apontamento conste na ata da sétima reunião, Jeison pergunta se for feita esta retificação a ata estará aprovada, Ana Luiza responde que sim, Jeison pergunta aos outros conselheiros se mais alguém tem algum apontamento, ninguém se manifesta é aprovada a ata da sétima reunião ordinária, com a retificação apontada, Jeison apresenta e coloca em votação a ata da oitava reunião ordinária e pergunta se algum membro quer que seja feita alguma retificação, Ana Luiza diz que na ata consta os decretos que a secretaria pediu, nº 3503 e nº 3556, que na primeira página há uma fala sobre disponibilizar as gravações aos membros do conselho, que Celino se prontificou a disponibilizar as gravações, que deveria constar na ata, que na terceira página deve ser inserida a lei 4782 de 2021, que na primeira página Jeison diz que não é uma lei cultural, que na reunião ela explicou que é uma lei pertinente e pede para constar em ata, que na página cinco é falado em fazer uma reunião extraordinária, mas não apontou que participariam da reunião o secretário de agronegócios como membro do mercado, um membro do CONDEPHAC e a Profa. Lilian Godoi, Jeison pergunta se mais alguém tem algum questionamento, ninguém se manifesta, Ana Luiza diz que ainda não teve tempo de marcar uma reunião extraordinária, mas que estão se programando para fazer em janeiro, Jeison diz que conversou com Eduardo, que ele avisou que não poderia participar da reunião, que ele tem a preocupação que se a reunião seja feita em dezembro possa ser prejudicada por conta da correria de dezembro pelas festas do final do ano, que Eduardo quer tratar esta pauta em janeiro, Vanessa diz que o mercado municipal será inaugurado antes de janeiro, que tem assuntos importantes a serem tratados na reunião extraordinária, que entende a correria do final do ano, mas que são assuntos que precisam ser resolvidos o quanto antes, Ana Luiza diz que o que se estava discutindo era a questão da PMI, sobre o edital que estava em processo, Vanessa diz que com a inauguração outras coisas vêm, que a partir do momento que inaugurar o procedimento de trabalho começará, Ana Luiza diz que pelo edital as pessoas interessadas deveriam ser habilitadas, que o prazo era quatorze de outubro, que seria publicado em diário oficial os habilitados e depois teriam sessenta dias para



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

apresentação dos estudos, Vanessa diz que este edital não é pertinente a Secretaria de Cultura e Turismo, que pode ser que em janeiro o PMI esteja resolvido, que o mercadão será inaugurado e que o assunto está em andamento, que o quanto antes for falado do assunto é melhor, que tem a preocupação de que se marcar a reunião para janeiro tudo já possa ter acontecido, Ana Luiza diz que a reforma do mercadão não tem a ver com a concessão, que são coisas distintas, Jeison pede para manter o foco da reunião e seguir com a aprovação da ata e pergunta se mais algum conselheiro tem algum apontamento, nenhum conselheiro se manifesta, diz que foi apontado para colocar o número da lei na página três, o acréscimo sobre se falar que a lei é pertinente por ser uma lei da administração onde está incluso a Secretaria de Cultura e Turismo, constar que o conselheiro Celino aprovou a liberação das gravações e colocar os nomes dos convidados para reunião extraordinária, diz que os apontamentos serão corrigidos e a ata é aprovada. Jeison apresenta a pauta da reformulação do regimento interno, que é o decreto nº 2387, do dia 13 de dezembro de 2016, diz que conversando com a conselheira Débora sobre o regimento foram verificadas muitas falhas, como o fato de o regimento ter três artigos de numeração 35, que todo conselho deveria rever o regimento interno, que este conselho não o fez, que este é o momento que o conselho deve olhar novamente o regimento para que ele possa solucionar e sanar as dúvidas que o conselho tem, como as falas em ata e ao tempo necessário para convocação de reunião, que estes problemas devem ser corrigidos por esse conselho, porém, que no momento o conselho não pode fazer nenhuma deliberação sobre o regimento interno, que pode-se começar uma discussão, mas é necessário quórum para deliberar o assunto, que nesta reunião não é o caso, sugere deixar a pauta para a próxima reunião, Vanessa questiona que na última reunião havia sido combinado que os conselheiros fariam seus apontamentos e trariam na reunião, Jeison diz que isto não chegou a ficar definido, Jeison abre a palavra ao conselho, Sandro diz que ficaria difícil discutir cada artigo em reunião e sugere que cada um faça seus apontamentos e sugestões, Vanessa diz que a aprovação precisa de quórum, mas que para o estudo não precisa, Sandro diz que a minuta deve ser feita nos bastidores, que a minuta deve ser apresentada, que em uma reunião não será possível discutir todo o regimento, Jeison diz que para reformular o regimento o conselho deve estar de acordo, que todo assunto que trata de regimento interno precisa de quórum mínimo, que precisaria deliberar para começar a discutir o regimento interno, que no momento não há quórum necessário para começar a discutir o regimento, que entende a necessidade de começar a elaborar e rever os artigos e achar os erros, mas que o próprio início da reformulação de um regimento interno precisa de quórum mínimo, que irá reenviar o regimento no grupo, que os conselheiros podem levantar as sugestões, mas a pauta do regimento não poderá ser votada, Ana Luiza diz que é preciso avaliar a necessidade de alteração do regimento, que ao ler o regimento percebeu que há três artigos 36 e dois artigos 35, que se for somente uma questão de numeração pode ser feita a alteração e votar somente isso, que ficaria muito mais rápido, mas que se for uma questão de conteúdo é preciso ver a necessidade e fazer um estudo mais detalhado, Jeison diz que nas últimas reuniões o conselho tem esbarrado em questões que não são claras



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

no regimento, como a questão da formulação e conteúdo das atas, que isso não consta, que é importante para que este não seja um caso omissivo e que o conselho tenha que sempre ficar discutindo o assunto, que todo conselho deveria fazer isso no começo do mandato, que pode enviar o regimento aos membros do conselho, que pode-se avaliar, mas para discutir em conselho é necessário quórum, que os membros podem enviar sugestões, Jeison diz que a lei continua a mesma, Lei 807 de 2015 e a Lei federal que constitui o sistema nacional de cultura, Débora diz que precisa definir qual regimento que vai valer, se é o de cinco de dezembro de 2016, Jeison diz que o atual é o de treze de dezembro de 2016, que está publicado como decreto, Débora diz que o decreto é de treze de dezembro, mas o regimento data de cinco de dezembro, Jeison diz que o válido é o que foi publicado como decreto. Jeison diz que não se pode discutir esta pauta por não ter quórum e apresenta a pauta seguinte sobre a formação do GT de orçamento, diz que quem pediu a pauta foi a conselheira Débora e passa a palavra, Débora diz que ao observar o portal da transparência nos números do valor orçado vê que tem três valores, o orçado que foi definido na LOA, o empenhado que é o que já está contratado, mas não foi pago e o executado, que o valor orçado é de quinze milhões setecentos, empenhado quatro milhões novecentos e trinta e dois e executado três milhões oitocentos e sessenta, que como leiga representante da sociedade civil entende que há dez milhões para serem usados, mas que acredita que não seja isso, que sugere criar um GT de orçamento para destinar estes valores e fazer um estudo como representante da sociedade civil para verificar como está o andamento do valor financeiro, que há dois pontos de vista diferentes, o do poder público que tem que fazer as coisas gastando pouco e o da sociedade civil que quer usar a verba que está orçada para a cultura, que este estudo é para verificar o que está acontecendo, Jeison pergunta se alguém tem alguma sugestão para fazer, Vanessa diz que pode explicar, que não são números fáceis de se entender, diz que fica a disposição do conselho, Jeison diz que tem receio de criar novos GTs, já que os GT que o próprio regimento diz que têm que acontecer estão parados por não ter membros dispostos a participar, pergunta da necessidade de criar um novo GT se o conselho não consegue dar andamento nos GTs necessários e existentes, Débora diz que a questão é o porquê de não ter pessoas interessadas em continuar e fazer o trabalho que se dispôs de estar no conselho representando a sociedade civil, que não se pode deixar de fazer algo que é importante, Débora diz que o próprio regimento interno fala das temáticas para a criação dos GTs e pergunta se o GT de orçamento consta no regimento interno, Jeison diz que qualquer conselheiro pode sugerir a criação de novos GTs, Débora diz que em reunião não há tempo para destinar as contas, que a criação do GT é para avaliar e encontrar pontos que sejam necessários discutir, que teve dúvida quanto a verba do carnaval, que Vanessa explicou, que está chamando outros membros para se juntarem para fazer um estudo, que o próximo ano terá um novo orçamento com novas diretrizes, que no próximo ano deverá ser aprovada a LOA do ano seguinte, que o conselho não será pego de supetão porque já haverá um acompanhamento, que acredita que este estudo é importante, que do seu ponto de vista é mais do que o estudo do PMC, que estava no GT do PMC, que faltou em algumas reuniões e foi



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

informada que foi parado por conta de dúvidas que ficaram de fazer uma reunião com a secretaria e a reunião não aconteceu, que assim que acontecesse a reunião o GT iria retornar, Vanessa diz que esta a disposição, Jeison diz que não chegou a ele nenhum pedido para marcar esta reunião, que as atas das últimas reuniões do GT não foram apresentadas, Débora diz que não participou das últimas reuniões, que depois foi participar de outra e não teve, Jeison diz que a LOA não pode ser tratada por GT, que deve ser tratado pelo conselho como um todo com quórum qualificado, Débora diz que o GT de orçamento vai fornecer dados para o conselho todo, Tiago pergunta a necessidade do GT se o próprio conselho já é explanado sobre o orçamento, que Vanessa apresenta os números, pergunta se o GT é para elaborar o orçamento, Débora responde que é para acompanhar o orçamento, Vanessa diz que apresentou o que seria aprovado para o próximo ano, que Débora esta falando do acompanhamento das fichas do ano corrente, Débora diz que é o acompanhamento da execução do orçamento, Tiago diz que qualquer conselheiro que tiver dúvida pode solicitar explicação nas reuniões, Débora diz que o questionamento nem precisará ser levado ao conselho porque o próprio GT já esclarecerá, que como leiga pode ter uma dúvida, que quem é do financeiro pode esclarecer e nem precisará ser levada a reunião para debater, Caiane sugere colocar o assunto para deliberação, Ana Luiza diz achar que o GT é importante mas não sabe se haverá pessoas interessadas em participar, que a função do conselho é fiscalizar, que fiscalizar o orçamento não é algo simples, que se o GT for criado precisará do auxílio de pessoas que entendam do assunto, que o portal da transparência não é simples, que tem uma linguagem técnica, Débora diz que o GT poderá fazer parecer sobre assuntos questionados e levar o assunto ao conselho e faz uma reflexão sobre a participação dos membros dentro do conselho, que não é só participar de reunião uma vez ao mês, que o conselho deve fiscalizar, Jeison pede que o conselho delibere sobre a criação do GT, pede que os conselheiros a favor levantem a mão, duas pessoas levantam a mão, Jeison pede que os conselheiros que forem contra a criação do GT levantem a mão, 11 pessoas votam contra, Ana Luiza pergunta qual a justificativa das pessoas serem contra, Jeison diz que as pessoas que foram contra não são obrigadas a falar, mas se sentirem a vontade podem falar, Ana Luiza diz que ninguém é obrigado a participar do GT e pergunta porque ir contra a criação, Jeison diz que foi rejeitada a criação do GT de orçamento por onze votos contra e dois a favor. Jeison apresenta a pauta sobre aproveitamento dos espaços públicos, que o conselheiro que apresentou a pauta não está na reunião para explanar sobre o assunto e sugere passar para a próxima pauta. Jeison apresenta a pauta sobre a criação do conselho cidade educadora, diz que a pauta foi apresentada pela conselheira Silvana e passa a palavra, Silvana inicia dizendo que o conceito de cidade educadora é "Como a cidade pode enriquecer a vida dos seus habitantes?", o conceito de cidade educadora responde esta questão com alternativas para integrar as atividades sociais e culturais, de forma a privilegiar a informação, produção e desenvolvimento do cidadão, especialmente dos jovens e das crianças, de acordo com a associação internacional de cidades educadoras as cidades são educativas por si, mas elas se tornam educadoras quando assumem essa intenção, consciente de que suas propostas tem consequências em atitudes e



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

convivências e geram novos valores, novos conhecimentos e habilidades, a expressão cidade educadora passou ser usada em 1990, ano que foi realizado em Barcelona, o primeiro congresso internacional de cidades educadoras”, diz que enviará ao conselho um link com mais informações do assunto, que o Brasil possui quinze cidades que estão inscritas na Associação Internacional de Cidades Educadoras, que Bragança Paulista não está, que é como um selo de qualidade, que no conceito empresarial é falado de estratégia de negócios, que todos os setores da empresa colaboram par aquele objetivo, que a gestão pública tem o mesmo enfoque, que tem o plano diretor da cidade e todas as secretarias e todos os envolvidos na gestão trabalham para atingir o objetivo do plano, que se Bragança Paulista quer ser conhecida como cidade poesia, ou como cidade da linguíça, ou cidade do mel, ou cidade do café, ou cidade turística, que todas as secretarias deveriam trabalhar em conjunto para que o plano seja atendido, que para ser cidade educadora a Secretaria de Educação deveria ter um plano de ensino em que o cidadão possa ter acesso a atividades na praça e no museu que fosse de interesse do cidadão e o educasse ao objetivo da cidade, que encaminhará no grupo as informações, que deve ser algo contínuo, que é um plano de longo prazo, que é um plano que vai além do plano diretor, que deve ser continuado além da gestão do prefeito e dos secretários, que sugere que a cidade ganhe o selo de Cidade Educadora, Jeison diz que o próprio Plano Municipal de Cultura fala sobre a interação das secretarias e sobre a criação de grupos de trabalho e comissões e pergunta como começaria este trabalho, Silvana diz que precisaria ver o plano diretor para saber se isso já existe, que mesmo que a parte da cultura no plano diretor seja pequena é necessária a interação de todas as áreas para se tornar uma cidade educadora, que as ações na cidade devem integrar desde as crianças até o avô, Vanessa diz que hoje em dia se fala muito de cidade inteligente, que o plano diretor foi elaborado em conjunto com as secretarias, que deveria fazer uma reunião, que é fundamental se aprofundar mais no assunto e saber como se pode colaborar de uma forma efetiva, Jeison pede que seja enviado o plano diretor para o grupo, Vanessa diz que o plano está no site da prefeitura, diz que todos os conselheiros deveriam ler o plano diretor para que o conselho possa aprender e pensar em como começar a conquistar este objetivo, Débora diz que vê em alguns lugares do Brasil e até mesmo de fora que acontecem eventos de música na praça, música nos parques e que isso não acontece em Bragança, que nestes lugares as famílias podem passear e aproveitar estes eventos, Débora questiona o que é necessário para conseguir este selo e sobre quem dá o selo, Silvana diz que é uma associação internacional, Ana Luiza diz que é preciso saber quais são os passos a se seguir para conseguir o selo e pergunta se esta informação está no material que ela enviará aos conselheiros, Silvana diz que provavelmente sim, Débora diz que é importante o conselho saber quais são os atributos e continuar a discussão em uma próxima reunião, Silvana diz que irá ler e enviar as informações no grupo, Jeison diz que o link do plano diretor já foi enviado no grupo. Jeison passa para a pauta do cumprimento da lei de processos administrativos, diz que a conselheira Ana Luiza pediu a pauta e passa a palavra, Ana Luiza inicia dizendo que o município tem uma lei recente de 2021, que é a nº4782, que esta lei regula o processo administrativo



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

eletrônico ou físico no âmbito da administração pública municipal, que esta lei é referente a qualquer requerimento solicitando informação ou se alguém vai participar de alguma concorrência, que a secretaria de cultura tem uma série de editais abertos, como de chamamento público, assim como em outras secretarias, que cada chamamento ou concorrência aberta deveria gerar processo administrativo onde serão reunidos todos os dados referentes àquele assunto, que gostaria de destacar que isso realmente deve acontecer, que até onde tem conhecimento falta algumas coisas importantes, que a secretaria de cultura não tem um setor de protocolo, que quando é necessário protocolar um funcionário assina, mas não tem um controle, nem um sistema de localização da informação, que isso é importante, que quando acontece um edital e uma pessoa quer apresentar recurso não há um controle de protocolo mecanizado e isso pode gerar dúvidas para as pessoas que estão concorrendo, que se não tiver algo organizado e transparente pode gerar dúvidas do processo, que é importante que a secretaria tenha um sistema de protocolo com recibo da secretaria, que este sistema deveria ser mecanizado e que outras pessoas tenham acesso a esta informação, que segundo a lei o processo deve ser preferencialmente eletrônico, que isso garante a lisura do processo, principalmente em editais em que há concorrência, Tiago diz que no site da prefeitura tem o portal da transparência, que há um link sobre chamamento público, que aparece o edital, a ata da sessão pública, as informações de quem participou e ganhou, Vanessa diz que entendeu o ponto que Ana Luiza quis levantar, que pode levar esta sugestão a prefeitura, que em nenhuma das secretarias há o protocolo mecanizado, que tudo é feito via agiliza, que vai levar a sugestão, que acredita que isso é importante, que em muitos casos como pedido de empréstimo do teatro é feito pelo cidadão bragantino, porque a secretaria consegue acompanhar o processo e o cidadão também, que como a secretaria não tem o controle eletrônico é solicitado que a pessoa faça pelo cidadão bragantino, que os documentos são digitalizados e enviados a secretaria de administração onde fica o arquivo geral, Ana Luiza diz que observou que nos casos de editais há um número do processo administrativo, que o mesmo deveria ocorrer com as atividades da Secretaria de Cultura. Jeison diz que precisará passar as duas últimas pautas para a próxima reunião em razão do horário. Jeison apresenta a pauta sobre a gestão compartilhada do Centro Cultural Teatro Carlos Gomes, que foi pedida pela conselheira Débora e passa a palavra, Débora inicia dizendo que apesar do conselho anterior ter decidido que seria por OS não será mais, que foi decidido que aguardariam dois anos, que enquanto isso a gestão seria compartilhada entre a Secretaria da Cultura e o CMPC, que o assunto foi exposto na reunião anterior, questiona que tipo de gestão é essa, o que engloba esta gestão e o que foi decidido até então, Vanessa explica que a secretaria se instalou no prédio em fevereiro, que isso aconteceu no meio de uma pandemia, que todos os eventos que estão acontecendo no Teatro Carlos Gomes estão sendo feitos de acordo com o calendário, que não há uma gestão do espaço, que o espaço ainda não foi inaugurado pelo Governo do Estado, que o cronograma e o organograma do espaço ainda não existem, que a secretaria está criando um grupo para que possa iniciar um chamamento para vários editais, que está quase finalizada uma minuta para ser



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

apresentada ao conselho, que acredita que até janeiro o assunto será discutido, que se for o caso será aberta uma reunião extraordinária para discutir o assunto, Ana Luiza diz que gostaria de entender o que seria o chamamento, questiona qual a melhor forma de fazer uma gestão compartilhada, que esta forma de gestão precisa ser discutida, que poderia chamar outras pessoas que não são do conselho para conversar sobre o assunto, questiona o que será feito até que seja decidida a forma da gestão compartilhada, pergunta se há uma solução temporária até que isso seja estabelecido, Vanessa fala que o conselho irá construir junto com a secretaria a melhor forma de gerenciar que seja bom para a secretaria, para o conselho e para a cidade, que está à disposição para conversar com qualquer cadeira sobre o assunto, Jeison diz que havia sido discutido a melhor forma de gestão, se seria OS, ONGS ou outra forma e o conselho deliberou que seria a gestão compartilhada do conselho e da secretaria para os próximos dois anos, para descobrir como se pode trabalhar no prédio, que foi discutido que se fosse feito por OS, a OS poderia contratar artistas de fora da cidade, não privilegiando os artistas locais, Ana Luiza pergunta se poderia formar uma comissão para a gestão compartilhada, que seria um trabalho a parte do conselho para decidir tudo sobre o Teatro Carlos Gomes, pergunta como será feita esta gestão e quem vai fazer parte da gestão, quantas pessoas do conselho e quantas pessoas da secretaria, se vai ser aberto a pessoas de fora ou não, quando irá iniciar os trabalhos, diz que estas questões precisam ser definidas, Débora diz que colocou esta questão em razão de achar que o assunto já está atrasado para ser discutido, pergunta qual o grau de envolvimento do conselho, que tipo de decisão o conselho tomará, que entende que a executante será a secretaria, que o conselho dará opinião, pergunta se já esta tendo algum envolvimento do conselho no que está acontecendo atualmente, que se não já deveria estar, Jeison diz que Vanessa se colocou a disposição para responder as perguntas e juntos poder criar um método, que é importante se levantar sugestões, Ana Luiza sugere que na próxima reunião se faça um levantamento de propostas, que os conselheiros apresentem modelos de gestão, que a secretaria apresente um modelo de gestão e então discutir o assunto, Jeison diz aos conselheiros que levantem questões e sugestões e tragam para a próxima reunião. Jeison diz que ainda há a pauta sobre a compra do preventório que foi apresentada pela conselheira Ana Luiza e passa a palavra, Ana Luiza inicia dizendo que acompanhou no dia vinte e oito de outubro a votação da lei complementar 917, que autoriza o município a efetivar parte do pagamento de desapropriação de imóvel de sua propriedade, que a compra do preventório seria feita no valor de seis milhões quinhentos e oitenta e oito, que como parte da negociação seria dado um terreno de 450 metros quadrados situado na Avenida Pires Pimentel, no valor de R\$ 88.745,00, questiona sobre o valor do imóvel na Pires Pimentel, que este vale muito mais do que este valor mencionado, Vanessa diz que este questionamento foi feito na Câmara, que foi feito em audiências públicas, que a secretaria de obras informou que o cálculo foi feito pelo valor venal do prédio, que a resposta está disponível na Câmara, que pode questionar novamente a Secretaria de Obras em nome da Secretaria de Cultura, Ana Luiza diz que o valor está muito aquém do valor real, pergunta se pode estar acontecendo algum favorecimento, Vanessa diz



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

que entende o questionamento, mas como Secretária de Cultura não conhecimento para responder a pergunta, Ana Luiza diz que fará um pedido de informação para ser encaminhado. Nada mais havendo a tratar, às dezenove horas e cinquenta e nove minutos o Presidente deu por encerrada a reunião, tendo sido lavrada por mim, Caiane Duarte Furlan, a presente ata, a qual após aprovada será devidamente assinada por pela presidência e por mim, sendo anexada a lista de presença da reunião.

Jeison de Lima Domingues

Caiane Duarte Furlan